

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2012

(Do Sr Izalci)

Requer informações à Ministra da Cultura, Sra Marta Suplicy, acerca das Organizações Não Governamentais (ONGs) que receberam recursos públicos do Ministério da Cultura.

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no artigo 50 da Constituição Federal, e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas à Ministra da Cultura, as seguintes informações acerca das Organizações Não Governamentais (ONGs) que receberam recursos do Ministério da Cultura.

1. Relação das entidades classificadas como ONGs, beneficiárias de recursos do Ministério da Cultura, independente da modalidade de transferência, inclusive aplicações diretas, no período de 2005 até os dias atuais. Especificando: nome da entidade, unidade da federação, objeto, instrumento e valor.
2. Que providências foram adotadas pelo Ministério da Cultura, frente a constatação de fraudes pela Controladoria Geral de União (CGU), em 15/12/2010?

JUSTIFICAÇÃO

A controladoria-Geral de União (CGU), em 15/12/2010, constatou fraudes em convênios para a realização de eventos, através da Assessoria de Comunicação Social tornou pública a informação, expedindo ofício-circular a todos os Ministérios.

*“Destaca-se que a CGU concentrou as análises em duas instituições: o instituto **Premium Avançar Brasil**, com sede em Luziânia (Goiás)*

e o **Instituto Educar e Crescer**, sediado em Brasília. Juntas, as duas entidades receberam cerca de R\$ 19 milhões entre 2008 e outubro deste ano”.

Surpreendeu nova notícia, agora do Tribunal de Contas da União (TCU), em 2012, que detectou fraude em convênios do MinC com 28 ONGs, apontando irregularidades que ocorreram nas gestões dos ex-ministros Juca Ferreira e Ana de Hollanda.

“O tribunal constatou que ao menos sete ONGs existiam de “fachada”, apenas para receber recursos públicos, não tinham qualificação técnica e nem capacidade operacional para executar os convênios. Nos endereços declarados pelas entidades **Inbraest** e **Premium Avança Brasil**, além dos **Institutos Educar e Crescer, Renova Brasil, Ideal, Conhecer Brasil e 26 de Outubro de Desenvolvimento Social**, havia residências ou empresas sem vinculação com as ONGs”.

Conforme notícias veiculadas na mídia nacional:

“Controladoria-Geral da União (CGU)

Assessoria de Comunicação Social

15/12/2010

CGU constata fraudes em convênios para realização de eventos

Até o final desta semana a Controladoria-Geral da União vai encaminhar à Polícia Federal e ao Ministério Público, para as providências nas áreas cível e penal, relatório sobre o esquema de utilização de institutos de fachada e empresas em nome de laranjas montado para fraudar a aplicação de recursos destinados à realização de eventos financiados com recursos do Ministério do Turismo a partir de emendas parlamentares.

Na esfera administrativa, segundo informou o Ministro-Chefe da CGU, Jorge Hage, as prestações de contas dos convênios referentes aos recursos aplicados pelas entidades envolvidas serão examinadas com especial atenção pelo Ministério do Turismo.

Além disso, a CGU e o Ministério do Planejamento expedirão ofício-circular a todos os Ministérios orientando, não só a suspensão imediata da transferência de recursos às ONGs nas quais já foram constatados indícios da prática de fraudes, como também para que redobrem a atenção no monitoramento de convênios executados com entidades privadas sem fins lucrativos.

Em outra medida, a CGU realiza fiscalizações em 40 empresas que supostamente participaram de cotações de preços e/ou forneceram serviços para as ONGs suspeitas. Há fortes indicações de que muitas dessas empresas são fantasmas, isto é, sequer têm existência física. Teriam sido constituídas apenas como empresas de fachada para dar cobertura a esquemas de desvios de recursos públicos.

“Laranjas”

Os indícios de uso de empresas registradas em nome de “laranjas” e de conluio entre empresas para fraudar as cotações de preços realizadas para a execução dos convênios foram descobertos pela CGU, na análise que vem fazendo sobre as atividades de entidades sem fins lucrativos contratadas para a organização dos eventos festivos patrocinados pelas emendas.

Utilizando suas unidades de inteligência e de auditoria, a CGU concentrou as análises em duas instituições: o Instituto Premium Avança Brasil, com sede em Luziânia (Goiás) e o Instituto Educar e Crescer, sediado em Brasília. Juntas, as duas entidades receberam cerca de R\$ 19 milhões entre 2008 e outubro deste ano.

O trabalho da CGU revelou que as empresas que participavam das cotações de preços promovidas pelas duas entidades para contratar a realização dos eventos eram basicamente as mesmas. Na maior parte dos casos, a contratada foi a empresa Conhecer Consultoria e Marketing, sempre concorrendo com outras duas empresas, que se revezavam a partir de um conjunto de cinco organizações.”

“Assunto: TCU detecta fraude em convênios do MinC com 28 ONGs

TCU detecta fraude em convênios do MinC com 28 ONGs

Irregularidades ocorreram nas gestões dos ex-ministros Juca Ferreira e Ana de Hollanda

01 de novembro de 2012 | 20h 21

Fábio Fabrini, de O Estado de S. Paulo

BRASÍLIA - O Tribunal de Contas da União (TCU) detectou fraudes e irregularidades em convênios do Ministério da Cultura (MinC) com 28 organizações não governamentais (ONGs), firmados nas gestões dos ex-ministros Juca Ferreira e Ana de Hollanda. Conforme auditoria, houve desvio de verba ou falhas na fiscalização em todas as 49 parcerias com as entidades, cujos repasses previstos alcançam R\$ 25 milhões. Em decisão, a corte cobra explicações da Pasta e pede que a Polícia Federal investigue o caso.

O tribunal constatou que ao menos sete ONGs existiam de “fachada”, apenas para receber recursos públicos, não tinham qualificação técnica e nem capacidade operacional para executar os convênios. Nos endereços declarados pelas entidades Inbraest e Premium Avança Brasil, além dos institutos Educar e Crescer, Renova Brasil, Ideal, Conhecer Brasil e 26 de Outubro de Desenvolvimento Social, havia residências ou empresas sem vinculação com as ONGs.

O relatório diz que as ONGs contratavam as mesmas empresas para executar os convênios. Para isso, forjavam cotações de preços com fornecedoras que não existiam ou tinham ligações com seus dirigentes. “Existem evidências de vínculos entre as entidades mencionadas, o que reforça o indício de atuação

conjunta e articulada no sentido de fraudar os convênios", concluem os auditores.

Outras sete ONGs tinham como diretores pessoas ligadas a produtoras de eventos, não raro contratadas para a execução de convênios. Durante fiscalização in loco, os auditores verificaram que os endereços das empresas coincidiam com o das entidades, usadas apenas como mecanismo para carrear verba pública a eventos privados.

Segundo a auditoria, as fraudes poderiam ser evitadas, não fosse a omissão do MinC no acompanhamento e fiscalização das parcerias. Em nenhum caso, a capacidade operacional das entidades foi avaliada. A qualificação técnica foi ignorada em 40 dos 49 convênios. Avisada das irregularidades pela imprensa e o TCU, a Pasta fez vistorias em apenas duas ONGs. Mesmo assim consideradas insatisfatórias. Mas a simples avaliação de documentos apresentados por algumas delas, segundo o tribunal, seria suficiente para a constatação de problemas.

O TCU determinou audiências com o secretário de Fomento e Incentivo à Cultura, Henilton Parente de Menezes, e seu antecessor no cargo, Roberto Gomes do Nascimento, além de providências para apurar responsáveis e quantificar danos ao erário. O MinC não se pronunciou. Os dirigentes das entidades não foram localizados nesta quinta-feira, 1."

Diante do exposto, as informações ora requeridas são de fundamental importância para cumprirmos nosso dever constitucional da fiscalização das verbas públicas no País.

Sala das Sessões, de novembro de 2012.

Deputado Izalci

PSDB/DF